

O confronto do herói com o mundo sacralizado em *O processo* de Franz Kafka

Mauro Rocha Baptista¹

Resumo: Ao longo de todo o romance *O processo*, Franz Kafka apresenta o confronto entre o herói Josef K. e o tribunal que o processa. Tal confronto não se limita aos inquéritos e aos encontros diretos com a autoridade constituída, tudo ao entorno do herói se transforma em manifestação sacralizada do tribunal. Neste artigo delimitamos algumas situações que demonstram a evolução da angústia do herói frente à incompreensão do mundo, são eles: O momento da detenção em que Josef K. procura demonstrar que é superior aos guardas e ao inspetor, menosprezando a estrutura do processo. O encontro direto com os membros do tribunal durante o primeiro inquérito no qual o herói procura provar sua inocência e acusar o tribunal, enquanto começa a observar que a realidade a sua volta não é exatamente o que ele pensava ser. A constatação de que sua superioridade era apenas ilusória e a aceitação da derrota frente aos membros mais inferiores do tribunal. E, por fim, a sentença final pronunciada pelo padre da catedral, demonstrando que a superioridade do tribunal não deve ser pensada em sentido racional, mas por sua necessidade estrutural.

Palavras-chave: Kafka – herói – tribunal – religiosidade institucional – confronto com o mundo.

1. Introdução

O romance *O processo* de Franz Kafka apresenta a história de Josef K. O jovem funcionário de um banco acorda na manhã de seu aniversário

¹ Doutorando em Ciência da Religião pela UFJF com bolsa da FAPEMIG e Professor da UEMG. E-mail: mauronefir@yahoo.com.br

ladeado por dois guardas que lhe indicam sua situação de réu. Embora K. não saiba dos motivos da instauração de seu processo, toda a sociedade participa deste acontecimento. Ainda no seu quarto ele pode observar esta presença: “Andou algumas vezes de cá para lá no espaço livre do aposento, viu do outro lado a velha senhora, que tinha arrastado para a janela um ancião muito mais velho ainda, que ela mantinha enlaçado com o braço. K. precisava pôr um fim ao espetáculo a que se expunha” (Kafka 3, p. 16). A sociedade participa diretamente do drama de Josef K., porque por mais pessoal que ele pareça ser, na verdade faz parte da estrutura sagrada de ordenação do mundo. O Estado de Direito pretende se embasar em uma estrutura racional, mas, conforme as denúncias apresentadas na literatura kafkiana, esta racionalidade é apenas uma ilusão. Trata-se de uma teatralização que mascara o sagrado com a *persona* da lei e da justiça. Como representante desta *persona*, o tribunal é uma estrutura sagrada que ultrapassa todos os limites físicos, estando no quarto de Josef K., em um sótão do subúrbio, ou nos idosos da janela.

Em 1911, Kafka descreve em uma passagem de seu diário o que o outro (*fremde Wesen*) representa para ele: “É preciso crer que a natureza do outro é então em meu íntimo tão precisa e tão invisível como a figura que está oculta numa imagem criptográfica onde, além do mais, nunca seria achada se não tivéssemos a suspeita de sua presença ali, com antecedência. Estas transmutações fazem-me crer de boa mente em uma perturbação de meus próprios olhos” (Kafka 4, p. 62). Segundo esta imagem, o outro está em mim porque eu vejo nele exatamente aquilo que eu procuro ver. A velha senhora que segue K. durante a sua detenção assume tantas formas quantas são as variações de humor de Josef durante este período: uma frágil senhora se transforma em uma ameaça quando os olhos de K. começam a ver nela a observância constante do tribunal, e recobra sua fragilidade quando K. se depara com ela na saída de seu prédio e vê, novamente, apenas uma velha e curiosa senhora. Não é ela quem ameaça K., são os próprios olhos de K. que permitem estas transmutações perturbadoras.

O sentimento de dar um basta ao espetáculo visto pela velha e seus comparsas está de acordo com a vontade perturbada de calar a voz da

angústia que proclama o nada que se anuncia para o final desta trama. Os guardas da detenção são os primeiros representantes da voz alienada da sociedade que tenta avisar ao herói a futilidade de lutar contra o poder sacro do tribunal. O soar de seu decreto, porém, ainda é ínfimo, quase inaudível ao acusado. Diante destas duas figuras burlescas K. acredita se apresentar com uma dignidade que lhes supera em muito. Estes dois são corruptos e corruptores, desejam se fartar com o café destinado a K., roubar suas melhores roupas: como poderiam representar algum ideal elevado assim como se afigura a sacralidade do tribunal?

2. A detenção e a disputa pela autoridade frente ao mundo

Segundo a fala de Willem, um dos guardas presentes na detenção de K., ao contrário do que se apresenta na visão perturbada do herói, eles dois são infinitamente superiores a K. O que pode ser justificado facilmente: “Esqueceu-se de que, não importa o que formos, diante do senhor somos no mínimo homens livres, e essa superioridade (*Überge-wicht*) não é pequena” (Kafka 3, p. 16). Diante deste argumento apelativo K. não pode fazer nada a não ser se calar. Ao pensamento de fuga que lhe passa pela cabeça segue-se a reprovação da consciência: “Mas talvez eles me agarrassem de fato e, uma vez lançado ao chão, estaria perdida também toda a superioridade (*Überlegenheit*) que num certo sentido ele agora ainda conservava diante de ambos” (Kafka 3, p. 17). Apesar de tudo o que pode ver a sua volta, K. ainda se considera superior a esta realidade injusta a qual o submetem.

Cabe uma pequena interferência explicativa na tradução de Modesto Carone. O termo com que os guardas se referem a sua superioridade é *Übergewicht*, referência figurada não só à preponderância que eles possuem sobre o acusado, mas também ao excesso de peso representado pelo serviço que remete ao tribunal. Servir a esta instância sagrada representa adquirir para si um peso que enobrece e torna superior. Metaforicamente com seu peso a mais eles poderiam derrubar facilmente K.. Sendo assim, o acusado perderia a sua superioridade, para qual ele usa o termo *Überlegenheit*, que remete a *legen*, pensar, refletir. Enquanto os guardas são superiores em quantidade de peso, K. é

superior na qualidade de pensar. Neste primeiro impacto com o poder sagrado, o herói pretende se vangloriar de sua capacidade intelectual. E quem há de negar que neste quesito ele realmente é superior aos dois guardas?

Os guardas que detêm K. usam do argumento de que sua liberdade os torna superiores, mas é a proximidade com o tribunal que se revela sua maior força. Os guardas agem com a autoridade de pertencer ao tribunal. Pensamos aqui em autoridade no sentido pejorativo apresentado pelo *Aufklärung* e delimitado por Gadamer nestes dizeres: “sobre a base de um esclarecedor conceito de razão e liberdade, o conceito de autoridade pôde se converter simplesmente no contrário de razão e liberdade, no conceito da obediência cega. Este é o significado que conhecemos a partir do uso lingüístico da crítica às modernas ditaduras” (Gadamer 2, p. 419). Trata-se de uma autoridade que alega poderes sagrados para exercer superioridade sobre os demais. Não é preciso que haja qualquer sentido para a detenção de K., basta que a autoridade ateste a necessidade deste ato para que ele seja válido. Os guardas, e todo o círculo dos participantes do tribunal, só possuem superioridade sobre K. à medida que se fazem valer da obediência cega que sua autoridade impõe aos demais.

A superioridade e a autoridade requerida por Josef K. concorrem em outro sentido; no originário do termo, defendido por Gadamer logo na seqüência de seu texto:

Todavia, não é isso a essência da autoridade. Na verdade a autoridade é, em primeiro lugar, um atributo de pessoas. Mas a autoridade de pessoas não tem fundamento último num ato de submissão e de abdicação da razão, mas num ato de reconhecimento e de conhecimento: reconhece-se que o outro está acima de nós em juízo e perspectiva e que, por conseqüência, seu juízo precede, ou seja, tem primazia em relação ao nosso próprio. (Gadamer 2, p. 419)

K. acredita que seu juízo é superior ao dos guardas e, por isso requer para si o poder de ser considerado a autoridade daquele recinto. Ele não

pode simplesmente se submeter ao que os guardas lhe oferecem, é necessário repensar o significado de toda aquela arbitrariedade. Assim como os místicos que pretendem reformar a autoridade religiosa decadente, o herói de Kafka se ergue contra a religiosidade institucional presente nos atos deste Tribunal para reformar o decadente Estado de Direito.

Neste sentido estamos de acordo com a afirmação de Scholem:

Assim, a exegese mística, esta *nova* revelação concedida ao místico, tem o caráter de uma chave. A chave mesma pode extraviar-se, mas permanece vivo um desejo imenso de procurá-la. Numa época em que semelhantes impulsos místicos parecem ter minguado a ponto de desaparecerem, eles ainda mantêm uma força enorme nos livros de Franz Kafka. (Scholem 6, p. 20)

De fato, os textos de Kafka se revelam como uma atividade exegética de teor místico, uma procura incessante da chave que permitirá compreender este mundo. Os heróis kafkianos não conseguem encontrar esta chave, mas lutam contra tudo e contra todos para provar que a sua interpretação dos fatos é a mais plausível possível. Normalmente, no entanto, a sociedade está mais apta a acreditar na autoridade injustificada dos guardas do que nos argumentos racionalizados do herói. A alienação imposta pela religiosidade institucional é mais sedutora que a liberdade de pensamento apresentada por Kafka. Sem a chave que permita revelar a falta de sentido da obediência cega à autoridade, os heróis de Kafka giram sem rumo tentando encontrar apoio em qualquer lugar.

A lógica do mundo cotidiano, ou seja, a alienação imposta pela religiosidade institucional, é questionada pela lógica da realidade hodierna enfrentada pelo herói: “A lógica liberal do cidadão ignorava a ameaça da lei rizomática, estendida e não só supervisionada, sobre todos os recantos da sociedade. K. e seu leitor, respectivamente, aprenderam e crêem que, no Estado de direito, a lei não poderia se contrapor aos direitos da sociedade” (Lima 5, p. 103). Ao avaliar a crise da lógica liberal presente em Kafka, Costa Lima permite observar a fragmentação dos valores

iluministas e a ascensão de uma nova axiologia. Josef K. é invadido em sua privacidade, ele se vê jogado em um universo jurídico de leis herméticas, perde a noção habitual de espaço e tempo sendo abordado a todo momento e em qualquer lugar por membros do tribunal; enfim, é completamente despersonalizado. Não existe espaço para a crença em ideais de liberdade, igualdade e fraternidade quando se está no sonambulismo da generalidade. Como a sociedade não compactua da lógica do herói, cabe a Josef K. lutar para provar à sociedade que ele está mais certo do que todos os demais.

Desde então cresce, no herói, o desejo de enfrentar a todos e questionar a invasão de seu quarto, a tentativa dos guardas de levarem suas roupas e a conquista que tiveram em degustar seu café da manhã, a forma com que se apossaram do quarto de uma jovem senhorita, e principalmente o porquê de não revelarem os motivos de sua acusação. Com a força de um místico que recebeu uma revelação K. se limita, diante do inspetor que oficializa a detenção, a menosprezar os acontecimentos e frisar sua ausência de culpa, não acredita ser necessário gastar seus argumentos com funcionários de tão baixo escalão - ao inspetor cabe tão somente a atitude de apaziguar os ânimos. Ele nada revela, apenas aconselha ao herói que este evite a “tagarelice” e permita que seus atos falem por si. Contra a autoridade do tribunal não adianta qualquer tipo de argumento. Esta autoridade está embasada em um poder superior que dispensa explicações. Qualquer tentativa de explicar a inocência é desnecessária e, mesmo, pejorativa. K. não consegue entender que a superioridade que ele afirma ter não significa nada para o tribunal. E, principalmente, ele não consegue compreender que a sociedade viva pelas regras do tribunal, e não pelas suas.

3. O inquérito e a sacralização do mundo

O confronto com um tribunal legítimo assume para Josef K. a função de finalizar toda a questão. Se até aqui os guardas e o inspetor não conseguiram reconhecer sua superioridade, sem dúvida um juiz conseguiria imediatamente reconhecer o equívoco e restabelecer a ordem do mundo. A forma da convocação segue a naturalidade de tudo o que

aconteceu até então: “K. foi avisado, pelo telefone, de que no domingo seguinte teria um pequeno inquérito sobre seu caso. (...) Evidentemente ele precisava comparecer sem falta, não era necessário adverti-lo. Indicaram-lhe o número da casa onde deveria se apresentar; ela ficava numa rua longínqua de subúrbio, na qual K. ainda nunca tinha estado” (Kafka 3, p. 45). O aviso do acontecimento do inquérito não era totalmente descabido, K. já o esperava; era a oportunidade que ele queria para, de frente ao juiz, acabar de vez com a injustiça pela qual passava. A fragmentação da lógica mantém ainda alguma coerência interna: “Duas lógicas se contrapõem. K., cidadão consciente de seus direitos e deveres, insiste inutilmente em esclarecimentos que a força menospreza. Mas resta ao menos um ponto de encontro: o funcionário do Banco e a autoridade a que o inspetor obedece não pretendem perturbar o bom funcionamento da sociedade” (Lima 5, p. 100). Não existe uma tentativa abrupta por parte do tribunal em acabar com a rotina do acusado: suas audiências acontecem aos domingos exatamente para evitar problemas com a sequência de suas atividades financeiras. Apesar disto, com a evolução do processo, depois de invadido pela sacralidade do tribunal, é o próprio acusado que sente o quanto é impossível manter uma vivência normal. O desenvolvimento do capítulo sobre o primeiro inquérito é bastante revelador em termos da religiosidade presente nesta esfera institucional.

Primeiro este texto faz emergir com mais força a questão do tempo sagrado (Eliade 1, p. 63-98), aquele que deve romper com a estrutura da morosidade cotidiana:

A definição do domingo como dia de inquérito havia sido tomada para não perturbar K. na sua atividade profissional. Supunha-se que ele estava de acordo com isso; se desejasse outro dia, iriam atendê-lo na medida do possível. Por exemplo, os inquéritos também eram possíveis à noite, mas nesse caso K. sem dúvida não estaria suficientemente bem-disposto. (Kafka 3, p. 45)

O domingo é, no mundo cristão, um dia dedicado à vivência religiosa. Kafka, mesmo sendo judeu, não fugiu a esta experiência domingueira, pois Praga era predominantemente católica. A escolha deste dia não poderia ser mais simbólica. À noite ou aos sábados o herói poderia se sentir muito cansado, impedindo o bom andamento do inquérito: era preciso então que este acontecesse exatamente no dia de maior expressão religiosa. A dedicação ao seu processo deve ser tão grande quanto a dedicação à sua religião. Mais uma vez ressaltamos que, se era possível neste primeiro momento escolher o tempo que o processo tomará na vida do acusado, é tão-somente porque ele ainda não vive profundamente a angústia religiosa gerada pelo processo. Com o tempo, a sacralidade que envolve toda esta situação se apossa de sua vida e a angústia não lhe permite viver no mundo a não ser direcionado para as questões sagradas do processo. Como faz-se necessário um tempo especial para lidar com as coisas sagradas, o mundo profano vai perdendo aos poucos seu valor. K. começa a não desenvolver bem seu trabalho e busca relacionamentos apenas com quem possua alguma proximidade com o tribunal. Todo tempo passa a ser sagrado para este homem que se abre ao religioso pela angústia.

O mesmo acontece com o espaço. A princípio é necessário especificar um local próprio para a realização da epifania (Eliade 1, p. 25-61). O local não precisa ser exclusivo do sagrado, mas precisa ser preparado para tal. O primeiro inquérito acontece na casa de um oficial de justiça situada no subúrbio da cidade. K. não conhecia a região e se sentiu perdido em meio aos casebres populares com crianças gritando e lavadeiras estendendo suas roupas. Para não se condenar, ele perguntava se conheciam o carpinteiro Lanz, uma forma de observar onde o tribunal estava escondido sem se revelar um acusado. Como esta sua empreitada não surtiu o efeito esperado ele se lembrou da revelação que tivera ainda quando da sua detenção:

Subiu finalmente a escada, brincando mentalmente com a lembrança de uma expressão do guarda Willem, segundo a qual o tribunal é atraído pela culpa, de onde, na verdade se seguia que a sala de audiência deveria ficar na escada que

K. escolhesse ao acaso. (...) Mas depois irritou-se de novo com a inutilidade de toda essa empresa, voltou atrás outra vez e bateu na primeira porta do quinto andar. A primeira coisa que viu no pequeno cômodo foi um grande relógio de parede que já marcava dez horas. (Kafka 3, p. 49-51)

A apresentação do espaço correto não poderia ser mais ilustrativa. O espaço sagrado não é conquistado racionalmente ou com a ajuda de terceiros, como K. havia tentado. Somente quando ele dispensa toda ajuda e, frustrado, resolve bater ao acaso em uma das portas, é que o tribunal se revela em toda a sua sagrada simplicidade. Nos olhos negros e brilhantes da jovem que lhe abre a porta da casa do carpinteiro imaginário, K. se perde ao se encontrar. A jovem também sabe jogar a ilusão criada por K.: ela sabe da inexistência de um carpinteiro Lanz e reconhece o rosto do acusado.

É K. quem não reconhece a simplicidade do aparelho jurídico: para ele aquela não deveria ser a localização de um tribunal. Mais uma vez ele se mostra frágil em sua pretensa superioridade, e apenas o tempo poderá calejá-lo o suficiente para reconhecer a presença do sagrado tribunal em tudo. Segundo Costa Lima:

Assim não se percebe que a invisibilidade do tribunal está correlacionada ao fato de a sociedade civil, em vez de se lhe opor, mostrar-se impregnada de seus agentes, informantes e delatores, infiltrada por sua lógica diretora. O andamento do processo, como declara o advogado de K., é imprevisível e remoto. Conforme o aviso do pintor-informante, a alegação de inocência dos acusados é nula porque a Lei, contraposta ao Estado de direito oficial, de fato rege e dirige a sociedade. Ao ignorar esta pista, o intérprete opta por não abandonar a segurança do sentimento de superioridade com que, em grande parte do relato, Josef K. reagira. Como se protagonista e intérpretes se dissessem: sabemos que nossa sociedade, tais coisas não sucedem com pessoas “de bem”. (Lima 5, p. 103)

Josef K., assim como alguns leitores de *O processo*, prefere ignorar a presença poderosa que o tribunal impõe a toda parte. Os limites espaciais não representam nada: a posse de um quarto de pensão ou de uma casa no subúrbio, de um sótão ou mesmo de um quartinho de despensa no banco de K. não representam nada para a estrutura do tribunal. Como força sagrada, ela se apodera de muito mais, e transforma tudo em local apropriado para sua presença. Costa Lima inverte o jogo da exegese mística de Scholem para afirmar que K. está tão perdido quanto os leitores que acreditam ser impossível esta manifestação da religiosidade institucional em todo e qualquer lugar. A autoridade superior do tribunal kafkiano detona a lógica de superioridade do herói, mas este ainda não consegue compreender tal fato.

Transformados tempo e espaço, dá-se a conhecer o tribunal kafkiano. Se de tudo o ambiente não se faz aprazível, ao menos é necessário reconhecer a pompa que um juiz, à frente de sua assembléia, representa. Logo na primeira afirmação, contudo, os sonhos de K. de encontrar um rival a sua altura, alguém que conseguisse lhe apresentar algumas respostas e tratá-lo como uma pessoa superior como ele julgava ser, mais uma vez se dissolvem. O juiz o apresenta como um simples pintor de paredes. Não bastasse o equívoco de não apresentar a profissão correta de K., ainda por cima era necessário reduzi-lo a um mero pintor. Nada justificaria tal afronta, nem mesmo o atraso de K. poderia explicar a negligência do juiz com seu caso. A revolta de K. lhe impulsiona a falar mais do que nunca. O conselho do inspetor é totalmente esquecido e ele se volta contra todos do tribunal.

A princípio ele acredita estar conquistando a assembléia com sua postura arrogante, embora saiba que ela aparentemente é dividida em dois partidos e tenha conquistado, sobretudo, o respeito do partido da direita. Suas críticas à corrupção dos funcionários da lei, representados pelos dois guardas da detenção, e à insólita organização de seu processo, levam em consideração uma luta que não se dá mais por si mesma, mas por todos os injustiçados pelo tribunal. Se, de fato, como argumenta Costa Lima, K. está perdido no mundo, então sua situação o conduz para a atitude reformadora do místico descrito por Scholem.

A pretensa superioridade de K. se manifesta com toda a força diante do tribunal de seu primeiro inquérito: “Estou distante de toda essa coisa, por isso julgo com seriedade, e suponho que tenham algum interesse por este pretens tribunal, os senhores podem tirar grande proveito do que eu digo, se escutarem. Peço que adiem os comentários que trocarem entre si sobre o que quero expor, pois não tenho tempo e logo vou embora” (Kafka 3, p. 61). Acreditando na importância que suas informações contêm, ele assume o lugar do juiz e passa a presidir a assembléia. Sua superioridade começa a se fragilizar quando, em meio ao seu discurso, todos se voltam para o fundo da assembléia, onde um estudante agarra à força a dona da casa em que o tribunal se reúne. O momento de ruptura com a estrutura do discurso permite que K. observe, sob a barba dos membros da assembléia, uma insígnia e conclui que a aparente bifurcação de pensamento não existe: todos são funcionários do tribunal, até mesmo o estudante e a mulher a quem ele agarra. Todos fazem parte da mesma realidade que é incompreensível e inalcançável para Josef K.

Mais uma vez, indignado com a perda de tempo que todo o inquérito representou, ele esbraveja e sai, ao que o juiz o detém com estas palavras:

– Só queria chamar a sua atenção – disse o juiz – para o fato de que o senhor hoje – isso ainda não deve lhe ter chegado à sua consciência – se privou da vantagem que um inquérito, de qualquer modo, representa para o detido.

K. riu, fitando a porta.

– Seus vagabundos – exclamou –, podem ficar com todos os seus inquéritos.

Abriu a porta e desceu correndo a escada. Atrás dele levantou-se o rumor da assembléia, que voltava a se animar e que provavelmente começava a tecer comentários sobre os incidentes, à maneira dos estudantes. (Kafka 3, p. 64)

A revolta de K. contra o que havia sido este inquérito lhe mantém frio e alheio a mais este comentário. Assim como ele não soube escutar

o aviso do inspetor para não anunciar demais a sua inocência e durante todo o inquérito direcionou os acontecimentos não só para sua defesa pessoal, mas como para um ataque genérico à autoridade do tribunal, assim também agora ele deixa de escutar o juiz e nega toda a força e poder do inquérito. Porém não é preciso anunciar nada externamente, a vida de Josef K. já está definitivamente alterada. O mundo, em que antes ele vivia, já não existe mais; todas as estruturas foram sacralizadas pelo poder da autoridade do tribunal.

4. O encontro com o mundo sacralizado

O sentimento de se confrontar com o mundo sacralizado pode ser observado uma semana depois do primeiro inquérito, quando a angústia do réu começa a se ampliar, uma vez que o tribunal não se manifesta a respeito de um novo inquérito. Impelido por um desejo de comparecer ao tribunal, incompatível com a revolta manifestada ao fim daquele primeiro momento, K. vai mais uma vez ao subúrbio à procura de um tribunal disposto a pensar o seu caso. Aos poucos aquela aclamada superioridade vai-se afastando do herói e ele deseja poder encontrar aqueles seres inferiores que lhe permitem o sentimento de ser superior.

Porém, neste domingo, não havia tribunal e a casa se apresentava como uma moradia comum. A mulher dona da casa simpática a K. permite que ele entre e examine os autos de seu processo. Mais uma vez o interesse de K. é contraditório ao desprezo demonstrado em um primeiro momento, mas a repulsa inicial se comprova verdadeira quando ele abre um dos livros da pilha da mesa do juiz e pode observar do que se trata:

K. abriu o livro de cima da pilha e apareceu uma gravura obscena. Um homem e uma mulher estavam sentados nus num canapé; a intenção vulgar do desenhista era claramente discernível, mas sua inabilidade tinha sido tão grande, que afinal podiam ser vistos apenas um homem e uma mulher que sobressaíam da gravura com uma corporeidade excessiva, sentados os dois em posição demasiado ereta e, em

consequência da falsa perspectiva, só se voltavam um para o outro com dificuldade. K. não continuou a folhear, abriu somente a página de rosto do segundo livro; era um romance com o título: *Os tormentos que Grete teve de sofrer com seu marido Hans*.

– São estes os códigos de lei estudados aqui – disse K. –, é por homens assim que devo ser julgado. (Kafka 3, p. 68)

Os temores de K. estavam certos. Em verdade o tribunal não representava nada do ideal elevado ao qual o Estado de Direito se abraça: os códigos que figuram sobre a mesa do juiz de instrução servem apenas para fundamentar o clima de sacralidade do tribunal, e as horas que, segundo a dona de casa, o juiz passa estudando podem ser facilmente relidas como momentos de prazer pessoal. O mesmo sadismo e teatralização demonstrados durante o inquérito são, aparentemente, mantidos para maior glória do tribunal. Assim como os partidos se dividem falsamente no teatro-inquérito, os livros que garantem respeitabilidade à encenação não postulam nada sobre o andamento da lei ou do processo, mas servem apenas para o desfrute vulgar do juiz.

Não é esta a lei em que K. acredita. Não é este o Estado de Direito pelo qual ele clama. Paulatinamente as certezas que este cidadão possuía vão se dissipando. É claro que existe ainda um sentimento heróico de destruir a corrupção manifesta no outro opressor, mas o franco sentimento de inocência já não está mais tão vívido no peito daquele que desconhece a realidade que o acusa. Aos poucos pode-se observar que Costa Lima tinha razão ao dizer que K. não sabia o que estava acontecendo com seu mundo e acreditava que era impossível um tal rumo ante a realidade do Estado de Direito. Igualmente podemos observar que a conclusão de Scholem, afirmando que nos textos de Kafka reside uma fundamentação mística rara nos tempos atuais, também é verdade. De fato, quanto mais o texto avança, mais observamos o crescimento do sentimento de angústia de Josef K. ao ver que nada faz sentido, mas igualmente notamos o crescimento de sua vontade em encontrar uma nova chave de leitura para interpretar sua nova realidade.

Uma das maiores derrotas ao buscar este sentido acontece ainda na casa-tribunal, quando K. se encontra novamente com o estudante de outrora. Este jovem impõe um novo desgosto ao herói K: primeiramente, em meio ao inquérito, ele começou a agarrar a dona da casa que serviu de sede ao julgamento, desviando a atenção da assembléia; e agora, em seu segundo encontro com K., acaba surpreendendo este em sua investida aos manuais do juiz. Por mais que a preocupação maior do estudante não fosse com a presença de K. naquele local, seu aparecimento é desolador para aquele que de repente se vê pego em uma situação embaraçosa. O mais agressivo, contudo, é que ele estava ali para levar a jovem a ter com o juiz. Aquela senhora que permitira a entrada de K. e que demonstrava todo um apreço especial por ele, um acusado em julgamento na sua casa, estava sendo levada para satisfazer aos desejos do repulsivo juiz de instrução.

Mais uma vez K. se vê na postura de reformador do mundo e defensor dos fracos. Desperto de seu sono ele espera poder lutar por aqueles que ainda dormem, e com seu alarde acordar estes. Sua luta, porém, é vã. A jovem se nega a aceitar a sua ajuda e prefere cumprir sua sina. Isto eleva ainda mais a angústia e a desolação do herói quixotesco:

– E a senhora não quer ser libertada! – gritou K., pondo a mão no ombro do estudante, que procurava abocanhá-la.
 – Não! – bradou a mulher, repelindo K. com as duas mãos. – Não, não, tudo, menos isso, o que está pensando? Seria a minha ruína. Deixe-o, por favor, deixe-o. Ele só cumpre a ordem do juiz de instrução me carregando para lá.
 (...)

K. os seguiu devagar, reconhecendo que esta era a primeira derrota indubitável que sofria diante dessas pessoas. Naturalmente não existia motivo algum para ficar amedrontado com isso, só tinha sido derrotado porque havia procurado o confronto. Se ficasse em casa e levasse sua vida habitual, seria mil vezes superior a qualquer dessas pessoas, podendo limpá-las do caminho com um pontapé. (Kafka 3, p. 76)

A recusa da mulher em se libertar de seu sono inebriante é a primeira derrota reconhecida por K. O estudante consegue desferir um golpe maior que os avisos do inspetor ou do juiz de instrução: enquanto estes homens formados se preocupam em salientar a posição desfavorável do acusado K., o estudante lhe demonstra o mesmo de forma mais mordaz; e a jovem que antes o tratava carinhosamente, agora o repele com medo de perder aquilo que sequer possui, a liberdade. A ruína descrita por ela não poderia ser pior que ceder sua habitação para o uso do tribunal e viver para satisfazer aos impulsos sexuais dos funcionários da lei. Este era o pensamento de K. quando ele se admite derrotado.

Josef K. acreditava docemente que qualquer um preferiria viver com pouca estabilidade, mas com liberdade, do que ter que servir perpetuamente a uma estrutura tão abusiva quanto esta. Não percebe ainda o quanto pode ser sedutora a força do sagrado, o quanto servir à lei pode se afigurar melhor do que estar livre e distante dela. Apesar de tudo, K. ainda acredita em sua superioridade racional: a derrota momentânea é justificada pelo esforço desnecessário de sair de casa - em condições normais ele seria infinitamente mais digno que o estudante.

Ao sair da casa-tribunal derrotado, mas com o sentimento de superioridade intacto, K. se encontra com o oficial de justiça, marido da mulher seqüestrada pelo estudante. Este reconhece os problemas que enfrenta e credita parte deles à própria mulher. Seduzido por K. ele resolve lhe apresentar o cartório que se situa no sótão do prédio. O lugar é abafado e repleto de pessoas, não só de funcionários da lei como também de acusados que procuram saber sobre o andamento de seus processos. Normalmente estes acusados se portam de maneira acanhada e se submetem ao poder do tribunal com toda a pureza da alma; K., contudo, enfrenta o numinoso cartório. Pode até ser que estes outros acusados não percebam o quanto são superiores à estrutura do tribunal, mas K. sabe de sua superioridade. A religiosidade institucional consegue fazer com que estes outros acusados se submetam cegamente à verdade apresentada pelo tribunal, mesmo que não entendam seus porquês. Entretanto K. está aí para salvá-los de sua ignorância pré-iluminista. Quixotesco, K. volta a acreditar que o Estado de Direito tornará a fazer sentido.

Sua força, porém, esvai-se com o tempo e ele começa a se sentir tonto devido ao ambiente fechado. A superioridade, mais uma vez, não se apresenta quando necessária. Se contra o estudante Josef K. sofre sua primeira derrota para o tribunal, pouco depois, frente aos funcionários do cartório, ele, literalmente, cai pela segunda vez. É conduzido por um encarregado de informações e uma jovem secretária. A jovem se refere docemente ao encarregado pelo fato de, mesmo estando em um posto avançado em conhecimento de processos, ainda assim se preocupar em auxiliar um acusado que passa mal em seu cartório. K. não só cai como é carregado e precisa ouvir de novo uma valorização dos funcionários da lei, que extrapola qualquer atitude real desses sujeitos e os demarca definitivamente como seres superiores, simplesmente porque fazem parte do tribunal.

Em meio a sua argumentação a jovem secretária propõe uma defesa geral dos funcionários do tribunal: “Talvez nenhum de nós seja duro de coração, gostaríamos talvez de ajudar a todos, mas como funcionários do tribunal damos facilmente a impressão de que somos empedernidos e não queremos ajudar ninguém. Sofro muito por isso” (Kafka 3, p. 91). O sofrimento pessoal da jovem mantém vívido o poder consolador que o tribunal deve ter. Os acusados que se submetem a seu jugo são tratados como filhos, e como tal recebem afagos e castigos, por mais que os castigos superem, em muito, os afagos. Os funcionários do tribunal são apenas pessoas comuns exercendo uma função no mundo; uma função que exige a seriedade e a severidade que observamos nos personagens analisados até aqui. Não é por menos que eles são os representantes de uma estrutura sagrada.

O sentimento de superioridade mantido por K. mesmo após aquela primeira derrota para o estudante não tem mais o mesmo brio quando ele precisa sair do cartório carregado. Ao voltar para casa, sente-se acosado até mesmo por dois pensionistas que tão somente conversam. O herói perde suas forças e começa a reconhecer a superioridade do peso que tem o tribunal.

5. Conclusão: O sermão e a falta de respostas

Se em um primeiro momento transparece claramente a função burocrática do mundo kafkiano como elemento de religiosidade institucional subjacente, uma leitura mais profunda revela o quanto a postura de Josef K. também manifesta uma religiosidade negativa latente. Se o cavaleiro da triste figura imerge em suas ilusões para viver a sua crença, K. emerge das ilusões mundanas para exigir a revolução angustiada do verdadeiro sentimento religioso. Acreditar em um mundo maior e melhor e observar a crise existente no mundo real exige do herói uma postura de líder místico, lutando contra tudo e contra todos. O quixotismo às avessas de K. se apresenta com toda a sua força no sermão da Catedral, estrategicamente situado por Brod como uma das partes finais do texto proposto por Kafka. A crise entre o herói e o mundo já é apresentada no esquema das observações às quais ele é forçado a se submeter ao longo do primeiro capítulo; e se a evolução desta angústia é demarcada por todo o romance, o sermão é seu ápice incontestável.

K. teria sido chamado à catedral para guiar um turista italiano cliente de seu banco. O padre logo revela que o motivo pelo qual K. está ali era para ter esta conversa com ele, tudo mais era secundário. K. precisa ouvir da boca de um representante direto do tribunal o quanto está errado em suas deliberações. Para a estrutura burocrática a sua ação é uma ofensa gravíssima: ele desconhece o poder que reveste a instituição do tribunal e sua angústia revela uma religiosidade incompatível com os desejos daqueles que se afiguram com o direito de falar em nome da divindade. Neste momento K. ainda acredita em si, mas já revela a decepção com o mundo à sua volta. Ele não pode se desvencilhar de sua superioridade racional, mas reconhece que não é possível convencer o mundo dela. O peso da superioridade do tribunal fala mais alto aos corações dos comuns.

Perguntado a respeito do desfecho de seu processo, ele responde: “Antes julgava que deveria terminar bem – disse K. – agora às vezes até eu mesmo duvido disso. Não sei como vai terminar. Você sabe?” (Kafka 3, p. 258). A perda da confiança em uma resposta positiva no fim do processo não indica que ele admite a sua derrota, pelo contrário, ele não

consegue mais acreditar que as bases de julgamento sejam adequadas para analisar a sua situação. K. já não espera mais nada do mundo. Ele reconhece que as armas com as quais pretende lutar não podem sequer tocar a estrutura a que ele agride. Sabendo de sua situação inferior, mesmo que injustamente inferior, ele reconhece que pode perder para o tribunal, o que é confirmado pelo parecer do sacerdote: “temo que vá terminar mal. Consideram-no culpado. Talvez o seu processo não ultrapasse nem mesmo um tribunal de nível inferior. No momento, pelo menos, consideram provada a sua culpa” (Kafka 3, p. 258). A culpa de K. está provada - mesmo que ele não saiba do que é acusado, sua postura o condena.

O problema de K. é ampliado neste encontro porque o sacerdote não o acusa. Era muito mais fácil lidar com aqueles membros ignorantes certos de suas verdades ilusórias: diante deles bastava que K. agisse, e sua ação se apresentaria totalmente mais adequada que as deles. Mas diante deste sacerdote ele precisa argumentar com mais precisão, precisa mostrar que o tribunal é corrompido e somente por isso ele se deixou corromper. Ele desejou usar das mesmas armas. Ele precisava vencer, e para isso faria tudo o que fosse preciso. Tal argumento pode até ser ouvido pelos espíritos livres que clamam pela oportunidade de escolha pessoal inerente à vida humana, mas diante de um tribunal que preza pelo uso adequado e impessoal da lei, tais palavras são jogadas ao vento.

À tentativa de sedução, o sacerdote ressoa: “Será que você não enxerga dois passos adiante? / Era um grito de raiva, mas ao mesmo tempo de alguém que vê outro cair e, pelo fato de estar ele próprio assustado, grita sem cautela e sem querer” (Kafka 3, p. 260). Para o padre tudo o que K. diz não passa de apenas ilusão. Assim, como antes, K. observava criticamente o andamento de seu processo e a forma como as autoridades se portavam, o que o permitia condenar a tudo como ilusão de um sonho compartilhado, assim também os que sonham podem condenar a atitude daquele sujeito solitário e desperto. Ilusão para aqueles que estão imersos na realidade da burocracia religiosa é a vontade que este indivíduo possui de sobrepujar o mundo para encontrar a verdade plena. A angústia do herói lhe possibilita viver uma esfera da

religiosidade que não pode ser alcançada pelos demais, sendo assim, um condena o outro. Ambos estão definitivamente certos em suas parcelas de verdade e inevitavelmente errados sob o olhar do outro.

Findado este momento, o padre desce do púlpito – a distância racional que ele precisava manter para compreender o sentimento do herói não se fazia mais necessária. Podemos inferir que neste momento K. já está definitivamente condenado. Quando ele se aproxima do sacerdote pedindo que ele fique ainda um pouco mais, a sentença é pronunciada através do conto *Diante da Lei* (Kafka 3, p. 261-263). Segundo este relato, um homem buscava a lei, mas chegando ao local pré-determinado, encontra uma grande porta com uma luz radiante saindo dela e um porteiro que lhe informa ainda não ser a hora de ele entrar. Apesar disso, ele pode tentar. Ao longo dos anos, o homem tenta subornar o porteiro, mas nunca entrar à força. Quando por fim já não lhe resta mais força no corpo, o porteiro fecha a porta, pois ela se destinava tão somente àquele homem que jamais ousou transpor o limite. Seguem-se uma série de debates entre os dois tentando responder o significado que este texto possui.

A verdade da lei está aberta para quem tiver coragem de ousar buscá-la, mas restrita por detrás de uma porta e de uma seqüência de porteiros. Boa parte dos homens que passa a vida tentando encontrá-la morre à sua porta, perdendo o restante de vida que lhes resta em uma tarefa sem sentido. Os demais vivem sob o seu jugo e nesta atitude de resignação ganham a possibilidade de viver as suas vidas. A estrutura burocrático-religiosa não pode permitir que qualquer um desvende os seus mistérios e busque viver uma vida independente de suas rédeas. Aos heróis que como K. descumprem a sua parte no pacto social, cabe a morte em solidão. K. ainda questiona a necessidade de considerar essa estrutura como verdade e ouve a resposta seca do sacerdote: “Não é preciso considerar tudo como verdade, é preciso apenas considerá-lo necessário” (Kafka 3, p. 269). À verdade que K. busca se sobrepõe a necessidade imposta pelo mundo sacralizado do tribunal. Não existe uma resposta, ou uma verdade, existe apenas a necessidade de aceitar o jugo do tribunal para que a ordenação do mundo seja mantida.

The hero's confrontation with the sacred world in *The Trial* by Franz Kafka

Abstract: In the whole novel *The Trial*, Franz Kafka presents a confrontation between the hero Josef K. and the trial which sues him. That confront does not limit to the inquiry and the direct meetings with the authority, everything around the hero becomes a manifestation of the sacred trial. In this article we delimitate some situations that show the evolution of the hero's dread face the world's lack of understanding. They are: the moment of the arrestment, when Josef K. tries to demonstrate that he is superior to the guards and the inspector, underestimating the trial's structure. The direct encounter with the court's members during the first inquiry in which the hero tries to prove his innocence and to accuse the court, when he realizes that the reality around him is not exactly like he thought it would be. The evidence that his superiority was just an illusion is the acceptance of the defeat by the most inferior members of the court. Finally, the final sentence pronounced by the cathedral's priest showing that the court's superiority can not be thought in a sensible way, but by its structural necessity.

Key-words: Kafka – hero – court – institutional religiosity – confront with the world.

Bibliografia

1. ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
2. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
3. KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
4. _____. *Diários*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, [19—].
5. LIMA, Luiz Costa. *Limites da voz*: Kafka. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
6. SCHOLEM, Gershom. *A cabala e seu simbolismo*. São Paulo: Perspectiva, 2004.